

Flávio da Silva Andrade

STANDARDS **DE PROVA NO** **PROCESSO PENAL**

**quanto de prova é necessário para
deferir medidas cautelares, receber
a denúncia, pronunciar e condenar?**

4^a
edição
revista e
atualizada

2024

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br



Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Equipe JusPODIVM

Capa: Ana Caquetti

A554s Andrade, Flávio da Silva.
Standards de Prova no Processo Penal / Flávio da Silva Andrade. – 4.ed., rev. e atual. - São Paulo: Editora Juspodivm, 2024.
336 p.

Inclui Bibliografia
ISBN: 978-85-442-4902-4

1. Direito Processual Penal. 2. Provas. 3. Decisão Judicial. I. Andrade, Flávio da Silva. II. Título

CDD 341.43

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL

Ana Carolina Ribeiro Mois – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

Lista de abreviaturas e siglas	19
1. Introdução.....	21
2. Noções preliminares: fatos, provas e suficiência probatória	25
3. Premissas epistemológicas concernentes ao juízo de fato	33
3.1. Fatos, enunciados fáticos e narrativas	33
3.2. Questão de fato e questão de direito: distinções e conexões	39
3.3. Prova e sua valoração racional	45
3.4. Inferências probatórias.....	60
3.5. <i>Standards</i> probatórios: conceito e finalidades	68
3.6. Decisão sobre os fatos (juízo de fato)	76
4. Estados mentais e vetores axiológicos da decisão judicial sobre os fatos	81
4.1. Certeza e dúvida.....	82
4.2. Verdade	90
4.2.1. Verdade provável e probabilidade	103
4.3. Justiça.....	116
4.4. Presunção de inocência	120
4.5. Racionalidade	138

5. Standards de prova no processo penal norte-americano	143
5.1. Noções sobre o sistema judicial dos Estados Unidos da América	143
5.2. <i>Standards</i> de prova do modelo norte-americano	153
5.2.1. <i>Standard</i> da preponderância da prova (<i>preponderance of the evidence</i>).....	154
5.2.2. <i>Standard</i> da prova clara e convincente (<i>clear and convincing evidence</i>)	156
5.2.3. <i>Standard</i> da prova para além da dúvida razoável (<i>proof beyond a reasonable doubt</i>)	157
5.2.3.1. Origem e evolução do instituto	161
5.2.3.2. <i>Beyond a reasonable doubt (BARD)</i> : definição, controvérsias e críticas	170
5.2.3.3. A incorporação do <i>BARD</i> por países da matriz romano-germânica, pelo Tribunal Penal Internacional e pelas cortes internacionais de direitos humanos.....	187
5.2.4. <i>Probable cause</i> e <i>reasonable suspicion</i>	196
6. Standards probatórios no processo penal brasileiro	205
6.1. <i>Standards</i> de prova dos meios de investigação (meios de obtenção de prova ou medidas cautelares probatórias)	207
6.2. <i>Standards</i> de prova das medidas cautelares reais ou patrimoniais	216
6.3. <i>Standards</i> de prova das medidas cautelares pessoais	220
6.4. <i>Standards</i> de prova para o juízo de admissibilidade da acusação	235
6.4.1. A justa causa e o nível de suficiência probatória para o recebimento da denúncia ou queixa	236
6.4.1.1. A justa causa e o grau de suficiência da prova para embasar acordos criminais	245
6.4.2. O grau de suficiência da prova para a pronúncia do réu	250

6.5. <i>Standards</i> de prova para o julgamento do mérito da causa penal	255
6.5.1. A presunção de inocência e o <i>in dubio pro reo</i> como balizas orientadoras do julgamento criminal.....	257
6.5.2. A aplicabilidade do <i>standard</i> probatório <i>beyond a reasonable doubt</i> (<i>BARD</i>) ao processo penal brasileiro.....	263
6.5.2.1. O emprego do <i>BARD</i> pelos tribunais superiores brasileiros.....	269
6.5.3. O entendimento adequado, o aprimoramento ou a substituição do <i>BARD</i> à luz da concepção racionalista da prova	284
6.6. Proposta de sistematização dogmática dos <i>standards</i> probatórios no processo penal brasileiro.....	292
7. Conclusões	303
Referências	315